

## **AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO SÉCULO XXI: DA APROXIMAÇÃO SELETIVA À APROXIMAÇÃO DIVERSIFICADA**

---

**Juliana Jerônimo Costa**

**Resumo:** Este artigo analisará as mudanças nas relações Brasil-África entre os governos FHC e Lula, à luz de seus objetivos de política externa, a partir do modelo de Hermann (1990) acerca das mudanças de curso nas políticas exteriores dos Estados. O que teria ocorrido - baseado nesse modelo - seria uma mudança de ajuste, ou seja, uma ampliação dos parceiros, de uma aproximação seletiva em FHC - restrita, principalmente, aos países de língua portuguesa - para uma aproximação diversificada em Lula, com o alargamento das parcerias a outros países africanos. Ademais, teria acontecido uma mudança de programa, já que, no governo Lula, foram introduzidos novos instrumentos do aparelho estatal, como os empréstimos do BNDES, o que teria contribuído para a ampliação do relacionamento com a região.

**Palavras-chaves:** Política Externa Brasileira – Relações Brasil-África

## INTRODUÇÃO

O estudo das modificações nas políticas externas dos países desperta a atenção dos analistas de política exterior, pois o seu redirecionamento afetaria não apenas os atores nacionais, mas também outros países. Normalmente, muitas dessas mudanças ocorrem com a chegada de novos governantes e partidos ao poder, como entre os governos FHC e Lula, em que ocorre a mudança de governante e de partidos, com ideologias diferenciadas sobre as relações internacionais e o papel do Brasil neste âmbito.

Ao analisar as mudanças em política externa, Hermann (1990) as apresenta, a partir de sua magnitude, como um *continuum* que iria desde pequenos ajustes, passando por mudanças de programa e objetivos, até mudanças fundamentais nas orientações governamentais dos países.

Os ajustes seriam modificações ocorridas no nível do esforço – maior ou menor – e/ou no escopo dos receptores. Dessa maneira, o que é feito, como é feito e os propósitos pelos quais determinadas decisões são tomadas continuam iguais.

As mudanças de programa seriam aquelas nos métodos ou meios por meio dos quais o objetivo ou problema seria solucionado, sendo qualitativas e envolvendo novos instrumentos. Portanto, modifica-se o que é feito e como é feito, contudo os propósitos pelos quais são feitos permanecem os mesmos.

Nas mudanças nos objetivos, recoloca-se ou abandona-se o objetivo inicial da política externa, modificando, ao contrário dos dois níveis anteriores, os propósitos.

A mudança na orientação internacional seria o redirecionamento de toda a orientação de determinado Estado sobre os assuntos internacionais. Diferentemente das mudanças anteriores, envolveria a alteração dos objetivos internacionais do país, modificando-se, portanto, totalmente, a ação externa de determinado Estado.

Essas mudanças, segundo Hermann (1990), teriam a sua origem em diferentes atores e eventos. A primeira seria a mudança levada a cabo por um líder político, normalmente, o chefe de Estado ou um ministro com a convicção, o poder e a energia para compelir o seu governo a mudar ou, ao menos, redirecionar a sua política externa.

No segundo caso, a burocracia seria o elemento propulsor da alteração na política externa, não seria o governo em sua totalidade favorável à necessidade de mudança, mas sim um grupo dentro deste que passaria a defender o

redirecionamento e contaria com meios suficientes para angariar o apoio dos principais líderes nacionais.

A terceira seria a reestruturação doméstica, no momento em que um importante grupo da sociedade - vital para a continuidade da governabilidade - modificaria as suas visões acerca da inserção internacional de seu país, demandando do governo, para quem seu apoio é importante, a modificação da política externa do país.

A última seria os choques externos, ou seja, grandes eventos internacionais de impacto imediato sobre os atores internacionais, de maneira que não possam ser ignorados por estes, podendo provocar modificações importantes na política externa de um país.

Conforme Hermann (1990, p. 12) essas fontes deveriam ser interpretadas como uma carruagem puxada por dois cavalos ou que uma fonte de mudança poderia ativar outra. Tendo em vista essa observação, neste artigo, serão analisadas, essas fontes de mudanças. Nesse sentido, serão avaliadas as interpretações de Lula e FHC – e dos executores de suas políticas externas, ou seja, seus chanceleres - acerca da posição ocupada pelo Brasil no mundo e, principalmente, da contribuição e do lugar do continente africano nessas concepções.

No que tange à reestruturação doméstica, parte-se da hipótese de que esta não teria ocorrido entre FHC e Lula, já que esse processo teria sido iniciado no final dos anos 80 e início dos anos 90 - com a redemocratização política e o esgotamento do modelo de substituição de importações. Portanto, a incorporação de novas *constituencies* já estava praticamente consolidada no início dos anos 2000<sup>1</sup>.

Ademais, não constata-se choques externos relevantes para a mudança na política africana do Brasil, entretanto, serão apontadas algumas tendências do cenário internacional que contribuíram para maior ênfase a essa política, como a redistribuição do poder econômico, que acirraria a competição por novos mercados, como o africano.

A partir da análise combinada dessas fontes de mudança acredita-se que, no caso das relações Brasil-África, teriam ocorrido ajustes, por meio da ampliação numérica e geográfica de parceiros na região e uma mudança de programa, com a introdução de um novo instrumento estatal – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse modo, a hipótese central deste artigo seria de que os dois governos teriam tido uma política africana, entretanto, as estratégias de cada um teriam sido diferentes. Enquanto a política africana de FHC estaria baseada

em uma aproximação seletiva com os países da região com os quais o Brasil tivesse afinidades culturais e históricas, a de Lula teria diversificado seus parceiros na região com vistas a uma estratégia típica de país intermediário, de ênfase nas relações com o Sul, tendo, portanto, uma aproximação diversificada.

À luz do modelo supracitado, serão levadas em conta as seguintes variáveis que poderiam explicar tais mudanças: as visões dos chefes de Estado (FHC – Lula), dos formuladores da política externa brasileira (Luiz Felipe Lampreia/Celso Lafer – Celso Amorim/Samuel Pinheiro Guimarães), e a redistribuição do poder econômico no âmbito internacional.

O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira, serão descritos os objetivos de política externa dos dois governos e suas visões sobre o relacionamento com os países em desenvolvimento (PEDs), vis-à-vis a redistribuição do poder econômico. A segunda examinará o relacionamento Brasil-África no período, por meio da análise de documentos oficiais demonstrativos da política africana de cada governo, da corrente comercial com a região, com vistas a demonstrar a diversificação de parceiros no continente bem como o crescimento de empréstimos do BNDES para empresas brasileiras com operações na África. Concluir-se-á com a demonstração de que os conceitos de “aproximação seletiva” e “aproximação diversificada” aplicar-se-iam à temática estudada, já que as mudanças teriam ocorrido nos dois primeiros níveis propostos por Hermann: ajustes e mudanças de programa.

## **1. As diretrizes de política externa de FHC e Lula e o Sul**

Ao assumir o governo, em 1993, FHC teria dado continuidade ao projeto neoliberal de inserção na economia internacional iniciado no governo Collor e institucionalizado, de forma articulada, a partir do Plano Real, lançado em sua gestão à frente do Ministério da Fazenda (MF) no governo Itamar Franco. Nesse sentido, desde a sua campanha o seu objetivo principal era dar continuidade à abertura da economia brasileira, garantir a estabilidade econômica e ganhar a confiança do mercado internacional para investir no Brasil<sup>2</sup>.

Dessa maneira, a sua política externa esteve subordinada ao seu projeto de desenvolvimento, baseado no neoliberalismo. Devido a isso, houve um esvaziamento das funções do Itamaraty, fortemente identificado com o nacional-

desenvolvimentismo dos anos 60 e 70<sup>3</sup>. Essa visão fica clara com a transferência de diversas atribuições econômicas ao MF e ao MDIC e pela postura do presidente que assumiu a condução política dos assuntos externos por meio da diplomacia presidencial<sup>4</sup>, colocando seu estilo de fazer política externa no centro das atenções.

Apesar do dinamismo presidencial, teria faltado, em FHC, iniciativas políticas de grande projeção no âmbito da política externa, sendo que a sua diplomacia presidencial teria buscado, portanto, resolver retoricamente o vazio criado pela crise do projeto nacional em política externa. Em suma, a sua política externa poderia ser caracterizada como um retorno a uma política mais pragmática e de menor perfil político (BERNAL-MEZA, 2002, p. 59,61). Ainda, segundo Cervo (2002), a diplomacia presidencial de FHC teria enfraquecido o processo decisório em política externa, já que havia elementos de discordância interna em relação à estratégia implantada<sup>5</sup>.

Para FHC, a política externa seria um mecanismo capaz de atrair capitais e inserir o Brasil nos mercados internacionais, ou seja, detectar oportunidades que propiciassem ao País melhor acesso aos mercados e aos fluxos de capitais e tecnologia (MIYAMOTO, 2000, p. 127).

Desde a sua passagem pelo MRE, no governo Itamar Franco, FHC teria dado continuidade à reformulação do marco conceitual da política externa brasileira - iniciado pela gestão Lafer no governo Collor. Desse modo, FHC teria aprofundado e implementado de maneira mais específica as principais diretrizes desse marco, mantendo a combinação entre continuidade e mudança no que tange ao paradigma universalista (MELLO, 2000, p. 153).

Por manter uma política externa voltada ao desenvolvimento do País – assim como em diversos outros momentos da história brasileira – a política externa de FHC tinha como objetivo principal a consecução do intercâmbio de elementos externos úteis à realização dessa meta prioritária, ainda que essa, naquele momento, passasse a estar vinculada à agenda de valores hegemônicos universalmente aceitos (BERNAL-MEZA, 2002, p. 58). Sendo assim, manteve-se a adesão do Brasil aos regimes internacionais assim como, no discurso diplomático, continuou-se a propagar a convergência da política externa brasileira com o “mainstream” internacional<sup>6</sup> (MELLO, 2000, p. 143).

A política externa de FHC pode ser dividida em 2 momentos, coincidentes com seus dois mandatos, sendo que a mudança - de um período a outro - teria ocorrido

na percepção acerca do processo de globalização, principalmente a partir do fracasso da Conferência Ministerial da OMC em Seattle, em 1999, quando a diplomacia brasileira passaria a ter uma posição mais assertiva em relação à crítica ao sistema econômico internacional vigente<sup>7</sup>. Ademais, as crises financeiras nos países emergentes a partir de 1997 teriam demonstrado a fragilidade dessas economias diante dos efeitos potencialmente nefastos dos fluxos de capitais internacionais.

Acreditava-se, no momento de sua posse, que o sistema internacional vigente seria favorável ao Brasil por fatores como: a retomada do crescimento no Norte; o crescimento na América Latina via abertura comercial e estabilidade econômica; o fim da bipolaridade e, com ela, a solução de antigos conflitos em regiões e países potencialmente ricos, como Oriente Médio, Angola e África do Sul; a presença de valores caros ao Brasil, como democracia, liberdades individuais e respeito aos direitos humanos, apontando para o engajamento da comunidade internacional em um processo de crescimento da civilização e de melhoria das relações internacionais; o final profícuo da Rodada Uruguaia do GATT, com a criação da OMC, consolidando o multilateralismo bem como atualizando e universalizando regras fundamentais a um relacionamento comercial leal, transparente e eficaz, em uma economia cada vez mais globalizada e competitiva; e a criação e operação de novos foros e coalizões internacionais, não mais pautada em clivagens fixas como a Leste-Oeste e a Norte-Sul (LAMPREIA, 1999, p. 35-36).

A política externa do primeiro mandato teria como objetivos principais: ampliar a base externa para a consolidação da estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento de maneira sustentável e socialmente equitativo, abrindo mais e melhores acessos aos mercados, ajudando a proteger a economia brasileira de práticas comerciais desleais, atraindo investimentos e tecnologia, melhorando as condições de acesso ao conhecimento; melhorar o padrão das relações do País com seus parceiros, alargando a abrangência dessas parcerias operacionais e diversificando o relacionamento; enfatizar a cooperação internacional; perseguir uma maior e mais adequada participação no processo decisório regional e mundial<sup>8</sup> (LAMPREIA, 1999, p. 37).

Devido a essas percepções, acreditava-se que o momento era oportuno para uma nova inserção internacional do Brasil, a chamada “autonomia pela participação”<sup>9</sup>. A partir desse conceito, Lampreia (1999, p. 89) a “autonomia pela

integração”, norteadora da política externa de FHC, sendo esta uma autonomia integrada ao meio internacional, ou seja, à manutenção de um comportamento de *mainstream*, mas com atenção à especificidade brasileira<sup>10</sup>.

Apesar das mudanças ocorridas no cenário internacional entre os dois mandatos, no Itamaraty, o segundo mandato era percebido como a continuação de uma obra coletiva que vinha transformando a realidade do Brasil, sob a liderança de FHC, sendo, aquele, o momento de mobilizar forças, renovar vontades, pois a reeleição era percebida como uma aprovação, por parte do eleitor, de sua política externa (LAMPREIA, 1998, p. 96-97).

Dessa maneira, não houve, segundo Lampreia (1998, p. 97), mudanças na política externa, já que seu vetor principal – o desenvolvimento – não tinha sido alterado. O Brasil, portanto, continuaria tentando exercer um papel ativo e universal na defesa de uma ordem internacional, de um sistema econômico e comercial, de instâncias e processos decisórios mais abertos, justos e favoráveis ao Sul.

Ao retornar ao MRE, em 2001, Celso Lafer não teria promovido alterações nos rumos da política externa brasileira de FHC, pois seu o vetor de orientação continuava sendo o desenvolvimento. Entretanto, a região sul-americana ganha maior importância, ou seja, a inserção internacional brasileira passaria a ser pensada por meio do maior protagonismo brasileiro em sua própria região, com destaque ao Mercosul. Também, pode-se apreender que, em FHC, além da integração regional, a estratégia de inserção internacional brasileira estaria pautada, primeiramente, por um fortalecimento das relações com os PDs e, posteriormente, com PEDs, principalmente, outras potências médias como China, Rússia e África do Sul. Com isso, o Brasil retomaria, nos foros multilaterais, a defesa de uma ordem internacional mais favorável ao Sul, baseada em interesses concretos e de forma realista com relação às perspectivas de mudanças de tais foros.

Em resumo, a política externa implantada por FHC teria tido uma forte articulação com a política econômica aplicada em seu governo, de internacionalização econômica do País via implantação do modelo neoliberal. Sendo assim, a política exterior seria a plataforma à atração de investimentos, empresas e tecnologia e tais fatores de produção só viriam ao Brasil caso este estivesse em conformidade às normas e aos regimes internacionais vigentes.

No governo seguinte, não houve mudanças substanciais nas diretrizes da política externa brasileira, já que não houve choques externos e o fio condutor da

política exterior do País – o desenvolvimento – teria continuado o mesmo. As mudanças, portanto, ocorreram nas estratégias para atingir o objetivo de, por meio da atuação internacional, alcançar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No plano global, os países emergentes<sup>11</sup> como o Brasil, passaram a ser encarados como atores do mercado a partir da convergência na direção da democracia de mercado e da transição pacífica para um mundo livre de guerras e conflitos interestatais (LIMA, 2010, p. 3). Simultaneamente, houve o aumento da renda média em alguns PEDs, como o Brasil, a Índia e a China, que modificaram as suas estratégias de inserção internacional, passando a atuar, no sistema internacional, como países intermediários<sup>12</sup>.

Portanto, as adaptações conceituais da política externa brasileira em Lula também seriam reflexo de mudanças sistêmicas, ou seja, ajustes nas estratégias de inserção internacional às alterações e oportunidades geradas pela difusão de seu poder econômico e seu novo protagonismo internacional (LIMA, 2010, p. 15).

Internamente, Lula não abandonou a manutenção da estabilidade macroeconômica e a abertura comercial – características de seu antecessor. Entretanto, adicionou outras três prioridades ao projeto de desenvolvimento nacional: a inclusão e o aumento da cobertura do gasto social público; uma política industrial, baseada em parcerias público-privadas e na coordenação e financiamento de longo prazo por meio do BNDES; e uma política externa voltada a incentivar a formação de uma nova “geografia mundial”<sup>13</sup> (LIMA, 2010, p. 7).

Para Lula, a superação da fragilidade das finanças públicas aconteceria por meio do aumento e da melhoria da qualidade das exportações e da promoção de uma substituição competitiva de importações de curto prazo, que ocorreria por meio da diversificação da pauta exportadora do Brasil, da abertura de novos mercados e ampliação dos produtos nacionais em mercados já consolidados<sup>14</sup>.

Dessa maneira, a política externa deixa de ser vista, como no governo anterior, como auxiliar do projeto nacional de desenvolvimento econômico, baseado na estabilidade macroeconômica, para ser, conforme em outros momentos da história da política exterior do Brasil, um instrumento para a consolidação do desenvolvimento econômico e social do País<sup>15</sup>.

“No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de

tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos” (SILVA, 2003, p. 3).

Nesse sentido, a sua política externa buscaria: colaborar para a construção de uma ordem internacional mais justa e favorável, baseada no multilateralismo; incrementar a importância brasileira nas negociações políticas e econômicas em curso por meio do fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais; e ampliar e aprofundar as relações diplomáticas com todos os países com vistas a alargar as oportunidades de intercâmbio não apenas econômico-comercial, mas cultural, científico-tecnológico<sup>16</sup> (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007, p. 301).

Dentre as estratégias de maior destaque destaca-se o relacionamento com os PEDs, com duas dimensões. A primeira, econômico-comercial, de diversificação das exportações brasileiras para economias com alto grau de complementaridade com o Brasil. A segunda relacionada ao plano multilateral, pois por meio da aproximação econômico-comercial formar-se-iam posições convergentes, ampliando e aumentando a capacidade de atuação do País no sistema internacional, como porta-voz de demandas semelhantes às nacionais, conferindo assim maior legitimidade e amplitude às mesmas<sup>17</sup>.

Ademais, percebe-se, pelas visões dos dirigentes acerca do contexto internacional, dos objetivos de desenvolvimento e, conseqüentemente, da política externa, que o Estado, no governo Lula, teria um papel fundamental como indutor do desenvolvimento que iria desde a provisão de instrumentos econômicos, como a reconfiguração do papel do BNDES como principal agente de financiamento aos investimentos brasileiros no exterior, passando pela busca, por meio da política exterior, da diversificação das exportações nacionais e mercados não tradicionais do Sul, até a manutenção da boa convivência com os vizinhos<sup>18</sup>. (LIMA, 2010, p. 7)

Devido à retomada da centralidade da política externa como plataforma para o desenvolvimento do País, Lula teria devolvido ao MRE a primazia sobre a formulação e condução da política exterior do Brasil. Nesse sentido, as nomeações de tradicionais defensores de uma política externa autônoma e mais voltada aos PEDs - como Celso Amorim para chanceler e de Samuel Pinheiro Guimarães<sup>19</sup> para a secretário-geral - sinalizavam ajustes. Entretanto, também apontavam certa

continuidade do marco conceitual implementado no governo anterior, já que, em sua gestão à frente do Itamaraty, Amorim teria dado continuidade à reformulação iniciada por FHC em sua gestão como chanceler<sup>20</sup>.

Entretanto, apesar dessa sinalização inicial de continuidade, teria ocorrido – de forma inédita - segundo Albuquerque (2005), a introdução do elemento partidário no Itamaraty, com a retirada de todos os membros ligados ao comércio internacional oriundos do governo anterior e a participação de pessoas ligadas à esquerda na condução da política externa e estabelecimento da agenda internacional do presidente.

Portanto, Lula ter-se-ia movido em duas direções em relação às posições tradicionalmente defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT): no plano econômico, à direita, já que não alterou, significativamente, a política macroeconômica implantada pelo governo anterior e, fortemente, influenciada pelo neoliberalismo, sempre criticado pelo partido<sup>21</sup>; e à esquerda, no campo da política externa, realizando algumas modificações em relação ao governo anterior, algo incomum na história da política externa brasileira, marcada por grandes continuidades (ALBUQUERQUE, 2005). Dessa maneira, o campo da política exterior seria o que mais refletiria as visões tradicionais do PT, de remoção, de forma autônoma, dos obstáculos impostos pelos países centrais ao Sul, por meio do exercício de um protagonismo regional e da consolidação do papel de porta-voz do mundo em desenvolvimento.

Assim como seu antecessor, Lula utilizou-se da diplomacia presidencial apoiada por um circuito ativo de contatos, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de forma incomum, para os tradicionais padrões do MRE, do próprio Secretário-Geral que, normalmente dedicar-se-ia às atividades administrativas e à rotina de funcionamento do ministério (ALMEIDA, 2004, p. 164-5). Ademais, as funções de formulação e a execução da política externa também eram exercidas por assessores presidenciais<sup>22</sup>.

Em consonância à ênfase no relacionamento com os PEDs e à diversificação das exportações brasileiras e dos mercados receptores, Lula realizou uma série de viagens ao mundo em desenvolvimento. Portanto, diferentemente de FHC, Lula colocou-se como representante das dificuldades e das possibilidades existentes em uma nação em desenvolvimento, assumindo, de forma semelhante ao seu

antecessor, o papel de porta-voz de seu país, mas com uma biografia diferenciada, representando a “nova esquerda” (GOMES; PECEQUILO, 2004, p. 110).

Teria ocorrido, portanto, ajustes e mudanças de programa entre as políticas externas de FHC e Lula, já que houve a permanência dos principais pressupostos do marco conceitual universalista, cuja atualização ter-se-ia iniciado durante a gestão de Celso Lafer no final do governo Collor e sido consolidada nas gestões de FHC e Celso Amorim no governo Itamar.

Um dos conceitos mantido entre os dois governos teria sido a autonomia na formulação e execução da política externa do País, entretanto a autonomia é vista de forma diferente. Enquanto, em FHC, a autonomia estaria ligada à participação nas discussões e na condução da ordem internacional vigente, com vistas a aumentar a credibilidade brasileira e, conseqüentemente, o crescimento econômico; em Lula, esse conceito estaria ligado à diversificação, ou seja, o Brasil teria maior autonomia conforme se relacionasse com o maior número de parceiros possíveis, o que diminuiria a vulnerabilidade do País no sistema internacional (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007).

Para Lima (2010, p. 14), os “novos” conceitos supostamente formulados na administração Lula nada mais seriam que reformulações de conceitos anteriores. A ideia do Brasil-mediador estaria ligada à clássica defesa, por parte da diplomacia brasileira, do multilateralismo, sendo que a mudança teria ocorrido na ampliação dos temas nos quais o País coloca-se como mediador, ou seja, não apenas nas relações Norte-Sul, ligadas, principalmente à economia – tradicional entre os anos 60 e 80 -, mas em outros temas importantes, como segurança e não proliferação, conforme a tentativa – frustrada - de mediação em relação ao programa nuclear iraniano<sup>23</sup>.

Portanto, a política externa de Lula teria muito mais continuidades do que mudanças em relação ao seu antecessor, tendo apenas recuperado alguns conceitos já tradicionais na história da política exterior brasileira e adaptado-os ao contexto internacional vigente e ao modelo de desenvolvimento econômico modificado a partir dos anos 90. Sendo assim, como o não vetor-chave da política externa – o desenvolvimento – não é modificado, mantém-se os seus principais pressupostos, alterando apenas as estratégias para a consecução do mesmo.

### **A política africana em FHC e Lula: da aproximação seletiva à aproximação diversificada**

O relacionamento de um país com determinada região guarda profunda correlação com as diretrizes gerais de cada governo e com os objetivos de política externa, formulados a partir da visão de mundo do governante e seus assessores. A partir dessas variáveis, apresentadas anteriormente, percebe-se, em Lula, ênfase maior no relacionamento com os PEDs com vistas à consecução do desenvolvimento. Tendo em vista essa diretriz, o relacionamento brasileiro com a África – formada por PEDs e países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) – ganha relevância no governo Lula. Entretanto, isso não quer dizer que, em FHC, teria ocorrido um afastamento ou inexistência de contatos com a região.

A principal diferença no relacionamento Brasil-África entre FHC e Lula está no número de parceiros e contatos. Enquanto FHC privilegiou as relações com os países pertencentes à CPLP e a África do Sul, Lula ampliou os contatos com parceiros não-tradicionais na região, conforme demonstram a corrente de comércio, abertura de embaixadas e viagens presidenciais. Portanto, a aproximação em FHC teria sido seletiva enquanto em Lula teria sido diversificada.

Essa diferenciação fica clara nos discursos de posse dos dois presidentes, enquanto FHC faz apenas uma menção ao continente africano, enfatizando, principalmente, o relacionamento com a África do Sul *pós-apartheid* (CARDOSO, 1995), Lula, por sua vez, aponta para uma cooperação mais ampla em relação ao continente, restrita não apenas ao âmbito econômico-comercial, mas com vistas a contribuir para o relacionamento com a região (SILVA, 2003).

Para Saraiva (2002, p. 10-1), o distanciamento em FHC estaria ligado à ênfase na abertura econômica, no ajuste fiscal, na redução dos investimentos públicos e nas privatizações como vetores da política externa e à crença kantiana e idealista da diplomacia brasileira de que as grandes potências reformariam o sistema multilateral conforme as novas forças em ascensão, o que levaria o Brasil à modernidade.

Dessa maneira, a atuação brasileira no continente africano estaria confinada, em FHC, a quatro linhas de ação: África do Sul; Angola; Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e CPLP. Para Luiz Felipe Lampreia (1995, p. 205) havia as seguintes razões que estimulariam as relações Brasil-África:

“ a) a proximidade relativa entre o Brasil e a África e o fato de que grande parte do continente compartilha conosco o Atlântico, uma base física que

também facilitou as relações comerciais no passado; b) a condição de país em desenvolvimento que, em diferentes gradações, o Brasil compartilha com a totalidade do continente africano; c) a complementaridade existente entre a economia brasileira e as economias africanas, que era forte no passado e deveria ser reavaliada no presente; d) a importância da África como parceira internacional, com cinquenta países, diversas culturas e muitas interfaces geográficas – com o Mediterrâneo, o Oriente Médio, a península Ibérica, o Atlântico Sul e o oceano Índico; juntamente com um peso político próprio, a extensa e variada África, mesmo enfrentando problemas, oferece janelas de oportunidades para parcerias com países em desenvolvimento; e) a grande semelhança de condições físicas, climáticas e sociais entre o Brasil e muitos países africanos, gerando uma importante ‘identidade regional’ em termos de desenvolvimento tecnológico e adaptabilidade de técnicas para os vários tipos de ambientes tropicais que o Brasil compartilha com seus parceiros africanos”.

A seletividade começa a ser alterada a partir do segundo mandato, concomitante à crítica do governo à chamada “globalização assimétrica”, o que teria aumentado a convergência com a África nos foros multilaterais, principalmente, aqueles de caráter econômico<sup>24</sup>. Ademais, há o crescimento de cooperação na área de políticas públicas, especialmente quando o Brasil inicia o contencioso pela quebra de patentes de medicamentos para a AIDS, epidemia que assolava a África Austral.

Entretanto, essa postura só seria alterada, de forma substancial, no governo seguinte quando o reconhecimento do problema racial no Brasil e uma política externa voltada ao estabelecimento de parcerias estratégicas com os países do Sul tiveram ressonância no continente africano<sup>25</sup> (LOPES, 2007, p. 5).

Lula, portanto, reativa a política africana do Brasil, ampliando o seu raio de atuação a outros países além daqueles pertencentes à CPLP e da África do Sul. Esse ajuste pode ser percebido, conforme será demonstrado a seguir, em diversos aspectos como as viagens presidenciais, mudanças estruturais no Itamaraty e na representação diplomática e o intercâmbio comercial.

Conforme apontado anteriormente, os dois chefes de Estados utilizaram-se, de forma intensa, da diplomacia presidencial, realizando inúmeras viagens a diversos países. No caso da África, a diferença de viagens presidenciais à região é bastante

elevada, apontando a seletividade e a diversificação entre os dois governantes. Enquanto FHC, visitou apenas dois países (Angola e África do Sul), Lula visitou cerca de 29 países. Entretanto, percebe-se a relevância de parceiros tradicionais, como Moçambique, Angola e África do Sul, que receberam mais de uma visita presidencial. Lula também fez-se presente em cúpulas de organismos regionais africanos como a União Africana, a CPLP, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), dentre outros, além da realização, desde 2006, da Cúpula de chefes de Estado da África e da América do Sul (MRE, 2010, p. 1).

Na estrutura do Itamaraty, os ajustes também são claros. Em FHC, o fecham-se as embaixadas brasileiras em Camarões no Congo e na Tanzânia. Já em Lula, o número de embaixadas brasileiras na África dobrou, passando a 34, destacando-se a reabertura das três embaixadas supracitadas e a abertura de novas representações<sup>26</sup>.

Na estrutura administrativa do MRE, houve o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio, formando-se um departamento dedicado apenas à África (DEAF). Ademais, dentro desse departamento, foi criada mais uma Divisão da África (DAF-III)<sup>27</sup>, além das duas já existentes<sup>28</sup>.

O intercâmbio comercial também apresenta diversificação de mercados e aumento das exportações brasileiras para a região, entretanto, a participação africana nas exportações brasileiras varia muito pouco, apesar do crescimento no volume das exportações totais do Brasil<sup>29</sup>. Ademais, ocorre uma mudança nos destinos das exportações, sendo que aquelas destinadas aos PEDs vão, ao longo, do governo Lula, ultrapassando as exportações aos PDs, crescendo 409% aos primeiros e 125% aos segundos, passando de US\$ 23,2 bilhões para US\$ 118,1 bilhões, respectivamente (Fonte: MDIC).

A participação africana nas exportações totais foi, em média, de 3,9% em FHC, enquanto em Lula foi de 4,9%. Entre 1995 e 2002, as exportações cresceram cerca de US\$ 1 bilhão, uma variação de 76% contra quase 400% entre 2003 e 2009, passando de US\$ 4,2 bilhões em 2002 para 19,5 bilhões em 2010<sup>30</sup> (Fonte: MDIC).

Desde 2004, o comércio externo com a África cresceu 26% ao ano, e 225% para os países de língua portuguesa, mantendo um saldo positivo com a região da ordem de US\$ 640 milhões (Fonte: MDIC).

Esse crescimento, por sua vez, elevou a participação de empresas brasileiras no mercado africano, cuja atuação está ligada, principalmente, à exploração das

oportunidades nacionais ou regionais, extração de recursos naturais e construção de grandes obras públicas, como estradas, usinas de energia, etc.

A participação de empreiteiras brasileiras no mercado africano data de 1980, entretanto, em Lula, essa presença aumentou bem duas novas empresas entraram no continente – Queiroz Galvão e OAS. Também houve diversificação nos países em que atuam, com a entrada em países como Mauritânia, Argélia e Líbia, além dos mercados tradicionais de Moçambique e Angola (MRE, 2010, p. 1).

A extração de recursos naturais é dominada por Petrobrás e Vale. A mineradora atua em países como Zâmbia, Gabão, República Democrática do Congo e Angola, sendo que seu principal projeto é a exploração de carvão, em Moatize<sup>31</sup>. A Petrobrás atua em países como Angola, Líbia, Namíbia e Tanzânia, além da Nigéria, principal fornecedor do petróleo importado pelo Brasil<sup>32</sup> (MRE, 2010, p. 2).

Apesar desses avanços, o número de empresas brasileiras dispostas a explorar o mercado africano ainda é pequeno, destacando-se a produção de ônibus pela Marcopolo, no Egito e na África do Sul, e a RANDOM, na Argélia e no Quênia. Angola ainda é o parceiro comercial mais tradicional do Brasil, com empresas como O Boticário e Nobel<sup>33</sup> (MRE, 2010, p. 3).

Outro elemento importante no crescimento desse intercâmbio comercial foi o envolvimento do BNDES no financiamento às exportações brasileiras, cujas operações iniciaram em 2007 e alcançaram US\$ 1,5 bilhão (MRE, 2010, p.4). Essa estratégia é importante, pois a exportação de produtos de alto valor agregado – o objetivo brasileiro – dependeria, em grande medida, de financiamento, raro entre os países africanos que não possuem um sistema financeiro robusto o suficiente para esse tipo de operação.

Além do intercâmbio comercial, destaca-se, entre os governos FHC e Lula, a cooperação técnica, nas mais variadas áreas como agricultura, saúde, educação, meio ambiente e capacitação profissional<sup>34</sup>. Os projetos brasileiros concentram-se no combate à pobreza e às epidemias, principalmente, de HIV/AIDS, introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas dos PEDs, além da criação de legislações contra a discriminação racial e a formação de centros de pesquisa especializados nos países africanos.

Conforme demonstrado pelos elementos supracitados fica claro que em FHC – apesar de o discurso apontar a relevância da África – o relacionamento comercial, diplomático e técnico teria ficado restrito aos parceiros tradicionais, principalmente,

de língua portuguesa e à África do Sul, mantendo, portanto, uma aproximação seletiva, baseada nas diretrizes do modelo de desenvolvimento e de política externa, voltadas, principalmente, à conquista da confiança dos PDs e à ampliação da integração regional. Como a África não iria ao encontro desses objetivos, mantém-se o afastamento, já iniciado em fins da década de 80, com o fracasso do modelo de substituição de importações e da política externa de caráter terceiro-mundista.

Com a relativa alteração na estratégia de desenvolvimento e, conseqüentemente, da política exterior, mais identificada com a atuação característica de país intermediário e, portanto, de maior aproximação com os PEDs, houve um renascimento da política africana - tradicional na corporação diplomática e defendida por membros do PT – por meio da ampliação de parceiros africanos não apenas no âmbito comercial, mas em áreas diversas. Portanto, a aproximação Brasil-África no governo Lula foi diversificada, já que ampliou a área de atuação na região a países com os quais esse relacionamento era inexistente ou havia sido abandonado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A passagem da aproximação seletiva em FHC para a aproximação seletiva em Lula nas relações Brasil-África, a partir do aumento das viagens presidenciais, da ampliação das embaixadas brasileiras na região e da estrutura do Itamaraty para a região, do incremento do intercâmbio comercial – em termos geográficos e quantitativos - e de projetos de cooperação técnica, demonstram, segundo o modelo de Hermann (1990), ajustes, pois aumentou-se a ênfase no relacionamento com os PEDs, e mudanças de programa com a introdução de novos instrumentos à consecução do objetivo principal – no caso brasileiro, o desenvolvimento – como os empréstimos do BNDES à operação de empresas brasileiras na região e o incremento da cooperação técnica.

Essas modificações, conforme demonstrado, teriam sua origem nas percepções dos líderes que promoveram alterações na burocracia responsável pela formulação e implementação da política externa brasileira, percebendo-se um incremento na participação do Itamaraty e do presidente nestas questões entre os dois governos analisados. Entretanto, não houve no período, mudanças na estrutura doméstica e

choques externos que pudessem alterar, substancialmente a política externa brasileira, já que esta continuou a estar voltada ao desenvolvimento – que, a partir dos anos 90, estaria fortemente ligado à estabilidade macroeconômica e ampliação dos mercados e exportações do Brasil - modificando apenas o seu papel, de auxiliar para ser um instrumento para a consecução do mesmo. Sendo assim, o continente africano, a partir dessas visões, ganha importância na política externa brasileira ao longo dos dois governos estudados.

---

#### NOTAS DE FIM

<sup>1</sup> No Brasil, isso teria gerado, por exemplo, demandas de modificação da estrutura institucional, principalmente, na política comercial do Brasil, culminando com a retirada paulatina das funções de negociação comercial do MRE e sua inserção em outras agências econômico-comerciais como o MDIC (LIMA, 2010, p. 17).

<sup>2</sup> Para levar a cabo essa tarefa, FHC nomeou como Ministro da Fazenda Pedro Malan, fortemente identificado com as diretrizes do FMI e do Banco Mundial expressas no Consenso de Washington.

<sup>3</sup> Como demonstração do esvaziamento, Cervo (2002, p.6) aponta que a corporação teria perdido força nas áreas da alfândega, finanças externas e abertura comercial, deslocadas para as autoridades econômicas, responsáveis pela aplicação do receituário neoliberal.

<sup>4</sup> Essa ênfase dever-se-ia à intensidade da agenda de política externa do presidente e à figura de FHC, cujo prestígio internacional como sociólogo e a experiência como chanceler teriam favorecido a diplomacia presidencial. Para o presidente, as viagens internacionais seriam um instrumento de valer-se dos encontros de cúpula - com sua capacidade de mobilizar os meios governamentais, a imprensa e a opinião pública - para promover a atualização da presença internacional do Brasil, funcionando como catalisador de iniciativas para o fortalecimento da cooperação e do diálogo político, além de representar uma alternativa política à crescente interação direta de agentes econômicos privados (DANESE, 1999, p. 37).

<sup>5</sup> Segundo Cervo (2002, p. 5-6), nomes importantes no Itamaraty discordavam da política externa implantada, dentre eles, Rubens Rícuperio, Luiz Felipe de Seixas Côrrea, Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, estes dois últimos com um papel relevante na formulação da política externa de Lula.

<sup>6</sup> À luz dessa visão, manteve-se e intensificou-se a adesão do País aos regimes internacionais como pré-requisito para alcançar relevância nos processos decisórios internacionais, pois acreditava-se que os custos da desconformidade seriam extremamente altos e prejudicariam a pretensão brasileira de aumentar o seu espaço propositivo nos debates acerca da nova ordem internacional. (ALSINA JR., 2003, p. 8; MELLO, 2000, p. 157).

<sup>7</sup> Tal inflexão teria sido motivada pela percepção da injustiça presente nas normas da OMC, que favoreceriam aos PDs e pelo protecionismo das economias centrais, especialmente em relação aos produtos agrícolas (ALSINA JR., 2003, p. 5).

<sup>8</sup> Com isso, dentre os temas de maior relevância estariam: a consolidação do Mercosul e sua eventual ampliação; as relações com os vizinhos latino-americanos e a integração hemisférica; as relações com os três pólos de poder econômico mundial – EUA, UE e Japão; as relações com a Ásia-Pacífico, especialmente com a Asean; as relações com os parceiros econômicos tradicionais da África, somadas à África do Sul *pós-apartheid* (LAMPREIA, 1999, p. 38).

<sup>9</sup> A “autonomia pela participação”, segundo Fonseca (1998, p. 368), seria uma autonomia que, no pós- Guerra Fria, deveria traduzir-se pelo anseio de influenciar a agenda com valores que exprimiriam tradição diplomática e capacidade de ver os rumos da ordem internacional com olhos próprios.

<sup>10</sup> Ao redefinir e ampliar a autonomia, o chanceler teria contemplado, ao mesmo tempo, a continuidade, expressa na recusa a uma maior proximidade dos EUA, e a mudança, evidente na adesão brasileira a normas e regimes internacionais, como condição para a atuação global do país (MELLO, 2000, p. 161).

<sup>11</sup> Segundo Lima (2010), esses países seriam territorialmente grandes, com expressivo mercado doméstico e poder de compra e, politicamente, políticas externas pró-ativas, baseadas em interesses pragmáticos, principalmente de ampliação de sua participação política e econômica no sistema internacional.

---

<sup>12</sup> Os países intermediários seriam aqueles responsáveis pela mediação entre os PDs e os PEDs, já que seriam extensos territorialmente; com grandes populações, mercados consumidores domésticos de grandes dimensões; PIB's elevados se comparados ao restante dos PEDs; exportadores de produtos considerados estratégicos; líderes em suas regiões; com forte presença nas organizações internacionais e de projeção militar limitada, com presença diversificada nos mais diferentes campos de atuação, tendo papel relevante e influente em alguns - como economia - ao passo que, em outros - como segurança -, seriam altamente vulneráveis, possuindo pouca ou nenhuma influência no encaminhamento das decisões internacionais.

<sup>13</sup> Os objetivos do projeto nacional de desenvolvimento seriam: "Inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e a democracia" (MPOG, 2004).

<sup>14</sup> "O aumento das exportações, a busca de tecnologias e investimentos produtivos serão elementos importantes da estratégia nacional de crescimento e da redução da vulnerabilidade externa. (...) Atuaremos em cada momento norteados pela necessidade de assegurar a compatibilidade do que está sendo proposto com as políticas nacionais. Lutaremos para preservar o espaço de flexibilidade para que possamos decidir, soberanamente, qual o modelo de desenvolvimento que mais nos convém (AMORIM, 2003, p. 3).

<sup>15</sup> Alguns analistas (CARDOZO, MYIAMOTO, 2006; LIMA, 2010) apontam que a política externa de Lula aproximar-se-ia do pragmatismo responsável de Geisel que defendia uma política externa autônoma com vistas a implementar uma agenda internacional favorável aos interesses nacionais, independente das preferências das grandes potências.

<sup>16</sup> A consecução dos objetivos supracitados seria atingida, segundo Celso Amorim (2003) por meio, dentre outras: da atuação vigorosa e autônoma nas grandes negociações comerciais em curso; do aprofundamento da integração regional, por meio do fortalecimento do Mercosul; da parceria madura com os EUA; do relacionamento próximo e construtivo com a UE e demais PDs; alianças com grandes PEDs, como China, Índia, Rússia e África do Sul; maior cooperação com a África, com destaque para Angola e Moçambique e demais países da CPLP.

<sup>17</sup> "Apesar das diferenças entre o Brasil e os outros grandes Estados periféricos, ao compartilharem características e interesses comuns e estarem situados em regiões distantes, seus interesses não são diretamente competitivos e, assim, há condições para a construção de projetos políticos comuns" (GUIMARÃES, 1999, p. 141).

<sup>18</sup> Cervo (2008, p. 87) conceitua esse novo papel do Estado no desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, na política externa do Brasil como paradigma logístico, cuja ênfase estaria em dar apoio logístico aos empreendimentos - público e privado - preferencialmente, o privado, para fortalecê-lo em termos comparativos internacionais.

<sup>19</sup> Samuel Pinheiro Guimarães era um forte crítico da política externa de FHC. Em "Quinhentos anos de periferia" (1999), defendia que o mundo estaria organizado em torno das estruturas hegemônicas, segundo a qual, os países centrais imporiam as regras do jogo aos periféricos com vistas a manter a sua influência. (GUIMARÃES, 1999, p. 25-39) Nesse contexto, restaria aos países periféricos como o Brasil reduzir o sua vulnerabilidade frente a essas estruturas, devendo, para isso, reunir forças com outros países semelhantes, por meio de acordos estratégicos (GUIMARÃES, 1999, p. 135)

<sup>20</sup> Outro fator que demonstrava que não ocorreriam grandes modificações na política externa brasileira foi a manutenção de embaixadores nos mesmos postos do governo anterior.

<sup>21</sup> Ao longo dos anos, a crítica ao neoliberalismo foi sendo abrandada, sendo que na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, o partido adotou um tom mais conciliador em relação às obrigações externas (dívida, contratos, acordos internacionais), o que teria sido reafirmado no primeiro discurso de Lula como presidente eleito e em seu discurso de posse.

<sup>22</sup> O aumento da importância da Assessoria de Assuntos Governamentais dever-se-ia não apenas à intensificação da agenda internacional do presidente, mas também ao seu chefe, Marco Aurélio Garcia, não diplomata, com alto perfil político e, fortemente, identificado com as tradicionais premissas internacionais do PT.

<sup>23</sup> Em 17 de maio de 2010, Brasil e Turquia firmaram um acordo com o Irã para a troca de combustível nuclear para evitar que novas sanções fossem aprovadas na ONU e pôr fim às desconfianças internacionais em relação àquele país. A tentativa de mediação não obteve os resultados necessários, pois o acordo foi ignorado pelas grandes potências que, no dia 09 de junho, aprovaram novas sanções contra o Irã.

<sup>24</sup> Na OMC, o Brasil apontava que o principal desafio da organização era a promoção da integração do Sul aos fluxos internacionais de comércio, para que alcançassem a estabilização e o crescimento econômico, em um mundo globalizado que, muitas vezes, apresentava graves riscos e obrigava a um ajuste com profundas conseqüências sociais. Os países da OMC teriam que esforçar-se para corrigir as assimetrias e promover o desenvolvimento econômico equânime (LAMPREIA, 1999, p. 273).

<sup>25</sup> “Reafirmaremos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (SILVA, 2003, p. 4).

“Nosso objetivo com a África é muito mais de cooperação direta do que propriamente de criar uma estratégia global. Evidentemente tudo se junta de alguma maneira e, (...). Nós temos interesses também nos países de língua portuguesa.” (AMORIM).

<sup>26</sup> Ademais, cresce a abertura de embaixadas africanas no Brasil, de 16 para 29 (MRE, 2010, p. 2).

<sup>27</sup> A Divisão da África III é responsável pelas relações políticas bilaterais com a África Central e assuntos relativos a IGAD, UMA, UA e NEPAD. (Fonte: [http://www2.mre.gov.br/deaf/daf\\_3.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3.htm))

<sup>28</sup> A Divisão da África I é responsável pelas relações políticas bilaterais com a África Ocidental e assuntos referentes a CEDEAO/ECOWAS, CEMAC, UEMOA, UMA, ZOPACAS e NEPAD (Fonte: [http://www2.mre.gov.br/deaf/daf\\_1.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_1.htm)). A Divisão da África II é responsável pelas políticas bilaterais com subsaariana e assuntos referentes à CPLP, SADC, UA, ZOPACAS e NEPAD (Fonte: [http://www2.mre.gov.br/deaf/daf\\_2.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_2.htm)).

<sup>29</sup> O volume de exportações totais em FHC foi de US\$ 52, 5 bilhões enquanto em Lula foi de US\$ 142, 5 bilhões.

<sup>30</sup> Esse crescimento também teria ocorrido nas importações originárias da África que, cresceram, entre 1995 e 2002, 260%, enquanto entre 2003-2009 foi de 326%

<sup>31</sup> Essa operação demandará mais de US\$ 4,5 bilhões de investimentos, boa parte dele em infraestrutura, a ser desenvolvida pelas empreiteiras brasileiras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

<sup>32</sup> A partir da entrada em operação dos poços de Agbami e Akpo, a Nigéria será uma das maiores produtoras da empresa fora do país

<sup>33</sup> Vale destacar que, para aumentar a presença brasileira na região, em muitas de suas viagens Lula era acompanhado por empresários brasileiros. Ademais, outros ministérios foram envolvidos nessa empreitada, com missões organizadas pelo MDIC.

<sup>34</sup> Entre 1998 e 2003, havia cerca de 119 projetos em andamento, enquanto de 2003 a 2007, esse projetos totalizaram 125. Entretanto, o que chama atenção não é o aumento de projetos, mas sim a ampliação de seus beneficiários a países não-lusófonos (Fonte: MRE, 2010, p. 3)

## **BIBLIOGRAFIA:**

ALBUQUERQUE, J. A. G. “Os eixos da Política Externa Brasileira no Governo Lula”. Palestra proferida no *Seminário Internacional: A Política Externa do Governo Lula: seu impacto sobre as Relações Bilaterais do Brasil com o Japão e os Estados Unidos*. Realizado nos dias 06 e 07 de outubro de 2005.

ALMEIDA, P. R. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 47, no. 1, 2004.

ALSINA JR., José Paulo Soares. “A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, 2003.

AMORIM, Celso L. N. “Discurso de posse”. Brasília, 1º/01/2003. Disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_DISCURSO=2032](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2032) . Acesso em 10/08/2010.

---

BERNAL-MEZA, Raul. "A política externa do Brasil: 1990-2000". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, v. 1, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento. "Plano Plurianual 2004-2007. Mensagem ao Congresso Nacional". MPOG. Brasília 2004.

CARDOZO, Sandra Aparecida; MIYAMOTO, Shiguenoli. "Política externa brasileira em dois momentos: uma análise comparativa entre a política externa do governo Geisel e do governo Lula". Trabalho apresentado no 5o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), UFMG, Belo Horizonte, 26-29 jul. 2006.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. "A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação". *Contexto Internacional*, v. 29, n.2, 2007.

CERVO, A. L. "Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso", *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, n.1, 2002.

\_\_\_\_\_. *Inserção Internacional do Brasil: a formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DANESE, S. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

FONSECA, Gelson. *A legitimidade e Outras Questões Internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOMES, Lucyana Sposito; PECEQUILO, Cristina Soreanu. "Oportunidades e desafios: as relações bilaterais Brasil e EUA (1993-2004)" *Cena Internacional*, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia – uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

HERMANN, Charles. "Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, 1990.

LAMPREIA, Luiz Felipe. "A política externa no primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso", 1996. Disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe3.asp?ID\\_DISCURSO=1557](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=1557) Acesso em: 02 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. "Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da posse do Embaixador Luiz Felipe Seixas Côrrea no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores". *Política Externa*, v. 7, n. 3, dezembro de 1998.

LIMA, Maria Regina Soares de. "Tradição e Inovação na política externa brasileira". *Plataforma democrática*, working paper n. 3, julho de 2010.

---

LOPES, Carlos. “A África entre o Brasil e a China”. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 29, n. 1,2,3, 2007.

MELLO, Flávia de Campos Mello. *Regionalismo e Inserção Internacional: continuidade e transformação da Política Externa Brasileira nos anos 90*. Doutorado, USP, 2000.

MIYMOTO, Shiguenoli. “O Brasil e as negociações multilaterais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 1, 2000.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. “Balanço de Política Externa 2003-2010 – África: Comércio e investimentos”, 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos/view> . Acesso em: 25 de junho de 2011.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Estatísticas de Comércio Exterior*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br//sito/interna/interna.php?area=5&menu=3158&refr=576>

Acesso em: 26 de junho de 2011.

RAMOS, Leonardo. “Contra hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula. Trabalho apresentado no Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association) de 11 a 14 de junho de 2009 no Rio de Janeiro.

SARAIVA, José Flávio Sombra. “Política Exterior do governo Lula: o desafio africano.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, v. 2, 2002.